

# CORTANDO NA CARNE

*Redução de verbas para bolsas de pós-graduação pode comprometer futuro da pesquisa no país*

**Gilberto Maringoni**

**U**m fantasma ronda a universidade brasileira: o corte de verbas para bolsas de pós-graduação. Embutida no pacote fiscal de novembro do ano passado, a subtração de 12,5% do orçamento para as instituições federais de incentivo à pesquisa já mostra seus resultados: o número de bolsas de mestrado e doutorado concedidas em 1998 às universidades estaduais de São Paulo será 16% menor do que no ano anterior.

“As conseqüências são muito grandes”, assegura Hector Francisco Terenzi, pró-reitor de pós-graduação da USP e professor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto. Segundo ele, a medida inviabiliza cerca de 900 bolsas de um total de 5.472 concedidas em 1997 na USP, atingindo todas as áreas.

Os recursos federais disponíveis para a concessão de bolsas de pós-

graduação no ano passado totalizavam R\$ 880 milhões, divididos entre o CNPq (Conselho Nacional para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e a Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Com o pacote, as despesas ficarão limitadas a R\$ 811,7 milhões. Como os valores individuais de cada bolsa não sofreram alteração, a sangria se deu no número de benefícios. Por isso, uma medida ainda mais dura foi a limitação de 50% na quantidade de novos incentivos, o que acarreta prejuízos de médio e longo prazo.

## **Ilha do atraso**

“Qual o critério disso?”, pergunta o professor João Zanetic, do Instituto de Física da USP e presidente da comissão de pós-graduação do Programa de Mestrado em Ensino de Ciência. “É puramente econômico, baseado numa produtividade empresarial, que não leva

em conta o fator de risco embutido em toda pesquisa científica. (...) Muitas vezes o CNPq usa de artifícios pouco claros na concessão de bolsas”, assegura ele. O programa presidido pelo professor Zanetic perdeu cinco novas bolsas em 98.

A opinião de Zanetic é compartilhada pela professora Nilza Nunes da Silva, orientadora do curso de pós-graduação da Faculdade de Saúde Pública. “Em nossa unidade, pedimos 22 bolsas e só vieram oito”. Segundo ela, no meio do jogo, as regras são mudadas, deixando todos confusos. “Eu nunca tive um pedido de bolsa recusado pela Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) ou pela OMS (Organização Mundial de Saúde). Agora, o CNPq me negou uma solicitação, sem que eu tenha recebido qualquer justificativa”. Chamando o órgão de “ilha do atraso” e “reduto de privilégios”, a professora reclama não valer a pena trabalhar com o Conselho.

“O número de bolsas na USP diminuiu”, resume Alessandra Schmitt, mestranda em Antropologia e ex-coordenadora da APG (Associação dos Pós-Graduandos) da USP. Ela afirma que quase 50% das bolsas concedidas pelo CNPq e pela Capes não resultam num trabalho final. Alessandra aponta falhas na legislação, que não cobra corretamente o desempenho dos alunos. “Em vez de fazer uma triagem entre os pós-graduandos, o governo simplesmente promove cortes”, completa.

O próprio reitor da Universidade, Jacques Marcovitch, em artigo publicado em 23 de março último, na *Folha de S. Paulo*, alerta que “os limites orçamentários para os Ministérios da Ciência e Tecnologia e da Educação (...) irão afetar a política de concessão de bolsas da Capes e do CNPq e desestabilizar todo o sistema de pós-graduação das nossas melhores universidades”. O reitor constata que “esse segmento, que é o de melhor desempenho no ensino superior brasileiro, teve uma espécie de prêmio às avessas. Foi punido pelo sucesso”.

### **Pós-graduação engessada**

Os dados das outras universidades estaduais paulistas não são muito distintos. Na Unicamp, 250 alunos, de um total de 700 que ingressaram nos programas de mestrado e doutorado, estão sem financiamento. De um ano para outro, a universidade viu o total de bolsas concedidas diminuir de 2.462 para 2.099. “O corte praticamente engessou a pós-graduação

## 51, UMA MÁ IDÉIA

*Os cortes de 12,5% nas instituições federais de fomento à pesquisa, CNPq (vinculado ao Ministério de Ciência e Tecnologia) e Capes (vinculada ao Ministério da Educação), integram o pacote fiscal de 51 medidas anunciadas em 10 de novembro do ano passado pelo governo federal. Seu objetivo era economizar R\$ 20 bilhões do orçamento da União e proteger o país de uma possível fuga de capitais, que desestabilizaria o real. Tinha início a mais séria crise do sistema capitalista da última década. As economias dos então denominados “Tigres Asiáticos” estavam literalmente fazendo água.*

*O pacote dobrou a taxa de juros, estabeleceu a meta de demitir 33 mil funcionários públicos, limitou o financiamento de governos estaduais e municipais, cortou programas de investimentos em empresas estatais, aumentou impostos e, entre muitos outros pontos, estabeleceu o corte no financiamento às pesquisas de pós-graduação.*

*O presidente do Banco Central, dias antes do pacote, afirmou que a área econômica preparava um “saco de maldades”. Sete meses depois, o presidente Fernando Henrique Cardoso declararia à imprensa que havia algumas “maldades desnecessárias” nas medidas, mas que assinou o pacote “na confiança” da equipe econômica.*

da Unicamp”, afirma Carlos Alfredo Joly, pró-reitor de pós-graduação da Universidade. Na Unesp, o corte foi de 10% na pós-graduação, chegando a 14% nos programas de doutoramento.

Em todo o país, o CNPq cortou, no período, cerca de 1.600 das 49 mil bolsas que mantinha. O apoio à realização de congressos, que até 1997 alcançava R\$ 200 mil por evento, reduziu-se para R\$ 50 mil. De um total de R\$ 487 milhões, sua receita caiu para R\$ 437 milhões, segundo dados do próprio Conselho. No âmbito da Capes, a redução também foi significativa. As 11.712 bolsas de mestrado concedidas no ano passado foram agora reduzidas para 10.803 e as 4.040 de doutorado caíram para 3.523.

### **Prática transparente**

“Não houve um prejuízo tão grande”, rebate Gerson Galvão, Superintendente de Planejamento do CNPq. “Toda a nossa política é absolutamente transparente”, garante ao anunciar mudanças nas diretrizes da instituição. “Houve de fato uma redução de recursos. Apesar disso, hoje temos um número maior de doutorandos e uma queda do número de mestrandos”, reconhece ele. Sua expectativa é que não ocorram mais cortes, “sob pena de termos resultados dramáticos a médio e longo prazo”.

Hoje, o CNPq credencia e qualifica cerca de 6.000 orientadores em todo o país. Galvão cita, como exemplo das transformações, uma

série de programas destinados a suprir uma demanda induzida, isto é, aquela que não suscita um interesse direto por parte dos pesquisadores, mas que procura atender a uma necessidade social. Eles situam-se especialmente nas áreas de saúde pública e na articulação dos interesses da universidade com os da iniciativa privada, como pesquisas sobre couro, para a indústria de calçados, e sobre frutas, para a indústria de sucos, entre outras. “Mas os recursos para pesquisa são sempre insuficientes e temos uma demanda reprimida enorme”, diz.

O professor Zanetic não discorda das parcerias, mas levanta uma ponderação: “não acho que os investimentos em pesquisa nas áreas de ciência e tecnologia devam ser exclusivamente públicos, mas não vejo como a iniciativa privada possa substituir o Estado numa área que requer investimentos estratégicos de longo prazo”.

A opinião do professor encontra eco nos números. Apesar de 60,6% de um total de 1.858.529 estudantes de cursos superiores no Brasil estarem matriculados em instituições particulares no ano de 1996, as universidades públicas concentram quase 90% dos programas de pós-graduação. O número espanta pela disparidade: de um total de 1.775 cursos, os estabelecimentos privados respondem por apenas 169 deles. Dos 62.161 alunos matriculados nesses programas, 55.186 (81%) estão em instituições públicas. Os dados constam de um levantamento realizado pelo professor Alberto Carvalho da Silva, denominado “Pes-

quisa, Pós-graduação e Extensão nas Universidades Nacionais”.

### Ciência e desenvolvimentismo

Se examinarmos a história do apoio à pesquisa científica no Brasil, veremos que, em sua fase mais estruturada, ele coincide com a definição do longo ciclo econômico conhecido como ciclo de substituição de importações. Com raízes na década de 30, esse modelo ganhou terreno no pós-guerra e, com uma série de variações, prolongou-se até o início dos anos 80. O esforço para dotar o país de um parque produtivo moderno, centrado na indústria, exigiu que o Estado se tornasse o principal agente do desenvolvimento econômico. Não é de se estranhar que os primeiros incentivos consistentes à pesquisa científica e à formação de recursos humanos também tivessem tido um empurrão estatal.

Assim, segundo o estudo de Carvalho da Silva, a formação de uma rede de incentivos se deu no segundo governo Vargas, em 1951, com a criação do CNPq e da Capes. A Fapesp viria em 1960, coincidindo com o final da fase desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek, seguida da Faperj (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro), em 1964. Na virada dos anos 60 para os 70, foram traçadas as bases para uma Política Nacional de Ciência e Tecnologia, através do PBDCT (Plano Básico do Desenvolvimento Científico e Tecnológico). Em 1971, seria criada a Finep (Financiadora de Estudos e Projetos), se-

guida da estruturação de um Conselho Interministerial de Ciência e Tecnologia, dois anos depois. Em 1985, foi implantado o Ministério da Ciência e Tecnologia.

De acordo com o documento “Pós-graduação ao Vaivém das Reformas”, produzido pelo mestrando em economia Edgar Ortiz Mora para a APG-USP, “nas últimas três décadas, o Brasil desenvolveu o maior sistema de ciência e tecnologia da América Latina e um dos mais significativos entre os países em desenvolvimento”.

O número de cursos de pós-graduação, segundo levantamento de Alberto Carvalho da Silva, aumentou de 227, em 1970, para 1.775 em 1995 e o número de titulados em pós-graduação aumentou de 4.675 em 1980 para 9.397 em 1995.

Com o lento esgotamento do modelo de substituição de importações e a tentativa de traçar uma nova orientação econômica a partir do final dos anos 80 e início da década de 90, a curva ascendente dos incentivos à pesquisa começou a oscilar. A abertura da economia do país, e as facilidades cada vez maiores dadas à importação de produtos manufaturados e semi-manufaturados e à instalação de empresas estrangeiras que trazem tecnologia pronta de seus países de origem, tem como consequência um desincentivo à elaboração de uma política própria no terreno científico e tecnológico.

Por este motivo, os investimentos em pesquisa e desenvolvimento no ano de 1997, que somaram aproximadamente 1,15% do PIB (Produto Interno Bruto), representam

um significativo aumento comparado com 1990, quando essa relação resumia-se a 0,4%. No entanto, ao tomar como base o ano de 1988, época em que a participação desses incentivos no PIB era de 0,8%, percebe-se que este aumento não foi tão expressivo. O próprio quadro funcional do CNPq reduziu-se neste período. De um total de 2.772 servidores em 1990, o órgão conta hoje com apenas 1.993, lotados em Brasília e nos institutos localizados nos Estados, relata Walkyria Tavares, da Assessoria Técnica da Câmara dos Deputados.

### Desmorte cotidiano

“Eu acho que a situação da pesquisa piorou nos últimos anos”, lamenta o professor Zanetic, “e piorou por conta do achatamento salarial e do tempo de duração das bolsas”. Para o pesquisador, é verdade que os avanços na área de informática facilitaram a comunicação entre os estudantes, mas essa facilidade operacional não compensa o descaso geral com a área. Ele não desvincula as medidas do CNPq das dificuldades mais gerais que o trabalho de investigação científica vem encontrando no Brasil. “O desmorte da universidade pública não é invenção e nem um número estatístico; eu vejo isso em meu cotidiano!”, testemunha ele. A professora Nilza Nunes da Silva sente que na passagem de 1997 para 1998, período que coincide com a decretação do pacote fiscal, a relação com o CNPq ficou “complicadíssima”.

## VALORES DAS BOLSAS

	Mestrado	Doutorado
<b>Capes e CNPq (federais)</b>	<b>R\$ 724,52</b>	<b>R\$ 1.072,89</b>
<b>Fapesp (estadual)</b>	<b>R\$ 970,00</b>	<b>R\$ 1.470,00</b>

As bolsas de mestrado são concedidas por um período máximo de 24 meses e as de doutorado, por 48 meses.

Fontes: Capes, CNPq e Fapesp

Gerson Galvão, do Conselho, não compartilha dessas constatações. Para ele, o esforço do órgão se concentra em alguns tópicos. Entre eles estão excelência, balizada por critérios de qualidade, mérito e referência internacional; relevância da pesquisa para o interesse público; indução, ou seja, estabelecimento de prioridades; regionalização e descentralização e articulação de parcerias entre financiadores, produtores e usuários para evitar a dispersão de recursos.

### Maldades desnecessárias

As medidas do pacote fiscal foram extremamente duras para largos setores da vida nacional. A principal delas – a elevação da taxa de juros de 22% ao ano para cerca de 42% – redundou numa queda drástica da atividade econômica, aumento do desemprego e da inadimplência, além da elevação notável do número de falências e concordatas. Comentando as 51 medidas em entrevista coletiva na penúltima semana de junho, o presidente Fernando Henrique Cardoso admitiu que algumas delas foram “maldades desne-

cessárias”, citando vagamente a proposta de demissão de 33 mil funcionários públicos, que não chegou a se concretizar. Sobre os cortes de R\$ 88,3 milhões na área de incentivo à pesquisa, nem uma palavra. Quando se compara o montante destinado a tais atividades com os pagamentos dos juros da dívida pública neste ano – cerca de R\$ 40 bilhões – constata-se que doze meses da atividade de pesquisa equivalem a menos de uma semana da rolagem desses débitos.

O reitor Marcovitch, no artigo já citado, afirma que “a sociedade está convocada a criticar esses cortes, que ferem fundo os interesses nacionais”. Pelo seu raciocínio, “não são apenas as universidades e os bolsistas que irão perder. Perdem as indústrias, com o impacto futuro em seu desenvolvimento tecnológico. Perdem os trabalhadores, pois o desenvolvimento científico é fator determinante para o aumento da renda nacional”.

“O investimento de risco, como a pesquisa em ciência básica, é parte integrante da história da humanidade. Ensino e pesquisa devem caminhar juntos”, sentencia o professor João Zanetic. 